



----- **ACTA NÚMERO DOIS/DOIS MIL E NOVE** -----

-----**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO**-----

-----**MARCO DE CANAVESES DE 22 DE JANEIRO DE 2009**-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, na Casa, do Povo de Soalhães presidida pelo Senhor Dr. Manuel Maria Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Dr. Bento de Fátima de Miranda Marinho, Eng.º José António Carvalho Soares da Mota, Dra. Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro Oliveira, Manuel Norberto de Moura Soares, Eng.º Luís Delfim da Silva Pinto de Almeida e com a ausência do Dr. Fernando Jorge dos Santos Ferreira Torres, por motivo profissional devidamente justificado; comigo Fernanda Eugénia Pereira Neves da Fonseca Araújo, como secretária da presente reunião e Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram quinze horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- O Senhor Presidente deu início à reunião, informando que esta é a segunda sessão pública da Câmara Municipal do Marco de Canaveses na freguesia de Soalhães. A primeira vez foi no início de 2006. -----

----- O Senhor Presidente referiu que estas reuniões públicas descentralizadas nas freguesias, é uma iniciativa inovadora deste mandato autárquico da Câmara Municipal. Isto deve-se à vontade que temos de vir ao encontro das pessoas. Esta experiência tem sido muito positiva, ao longo destes três anos e quatro meses que levamos deste mandato. -----

----- Na parte da manhã do dia de hoje, tivemos oportunidade de fazer uma visita à freguesia de Soalhães, onde, por um lado, vimos as obras que se



realizaram durante este mandato - que foram muitas, sendo que esta freguesia é mesmo uma das que teve um maior investimento - e tivemos também oportunidade de observar algumas obras que ainda são necessárias fazer. -----

----- Começamos a nossa visita em Ramalhais, junto ao Café Anjo Doce, observando a pavimentação que fizemos e que liga Ramalhais ao Juncal, no lugar de Campo Novo. Verificámos, no entanto, que há a necessidade de se construir quatro troços de passeios. Estamos disponíveis para os executar ainda no tempo que resta deste mandato. -----

----- Seguidamente estivemos a ver uma obra já executada, que é a ETAR do Juncal e relativamente à qual, foi uma tarefa difícil encontrar um terreno disponível. Felizmente que foi possível encontrar disponibilidade de um terreno propriedade do Dr. Joaquim Teixeira, ao qual o Senhor Presidente agradeceu a sua generosidade. O Senhor Presidente aproveitou para informar que a Câmara Municipal já concluiu a instalação da rede de água e saneamento. O saneamento, com o apoio de fundos comunitários, que ainda conseguimos recuperar do III quadro comunitário de apoio. A Câmara Municipal acrescentou, a suas expensas, sem qualquer participação comunitária, a rede de água. Se há freguesia onde esse investimento foi fortíssimo, três milhões de euros, foi aqui na freguesia de Soalhães. -----

----- Tivemos também oportunidade de passar por outras obras realizadas neste mandato, em parceria com a população, com a paróquia, com a Junta de Freguesia: uma delas foi a reconversão da Capela de São José, que ficou muito bem recuperada. Agora ainda teremos que alterar uma pequenina janela, um postigo que está fixo, que é preciso que passe a ser basculante, para arejar a Capela. -----



----- Depois visitámos o caminho rural que liga Pereiro a Aldeia, uma obra importantíssima de quase 200 mil euros, que foi pavimentado através de uma candidatura ao Programa AGRIS. A Câmara Municipal acompanhou este processo a par e passo, no sentido de conseguir uma decisão política favorável. A Câmara Municipal, neste âmbito, assumiu o custo de 25% dessa obra e o Programa AGRIS financiou 75%. Não foi tarefa fácil aprovar, através do Programa AGRIS, dez caminhos rurais e mais, recentemente, mais três. Esta obras orçaram em um milhão e 300 mil euros, todos comparticipados pela Câmara Municipal na sua componente nacional - 25%. -----

----- Visitámos também o caminho rural que liga Oliveira a Ribela, cuja candidatura ao AGRIS foi ainda possível apresentar e aprovar, assim como o caminho rural que liga Santiago a Oliveira. O custo de execução destes caminhos, foram respectivamente 70.037 Euros e 54.012 Euros, valores que foram assumidos na totalidade pela Câmara Municipal, devido à necessidade de adiantamento da verba, sendo que a Câmara Municipal será ressarcida de um valor correspondente a 75%, assumindo os restantes 25%. -----

----- Visitámos ainda a ETAR de Soalhões, a maior no Concelho do Marco de Canaveses, construída neste mandato e que será responsável pelo tratamento de toda a rede de esgotos da zona central da freguesia. A obra está pronta, faltando apenas a vistoria da Direcção Geral de Energia para que se iniciem os testes, que permitirão avaliar o seu pleno funcionamento. O custo desta obra foi de 1 milhão e quinhentos mil euros. -----

----- O Senhor Presidente deu ainda conhecimento da visita efectuada ao caminho de Vale Castela, que ainda não está pavimentado e que a Junta de Freguesia, em conjunto com os moradores, entende que também o deveria ser. Os valores aqui envolvidos são cerca de 16.000 Euros. A Câmara Municipal vai



verificar o que é possível fazer, sendo certo que esta Câmara Municipal tem feito um investimento na freguesia em pavimentações, mas o Concelho do Marco de Canaveses tem mais de 1000 Km's de estradas e caminhos municipais, que são da jurisdição da Câmara Municipal. A Câmara Municipal entende que a pavimentação deste caminho de Vale de Castela faz todo o sentido e que o mesmo já devia ter sido pavimentado nos mandatos anteriores. Era apenas uma questão de opção e a actual Câmara Municipal não pode fazer, num único mandato, tudo aquilo que é necessário e que gostaria de fazer. -----

----- O Senhor Presidente deu ainda conhecimento da visita efectuada ao caminho de Lardosa, que se pretende venha a ser objecto de um alargamento, mas para o qual é necessária a colaboração do proprietário - o Dr. Morgado - o qual terá que ceder o espaço necessário para que o alargamento se possa concretizar. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou ainda da visita efectuada ao campo de jogos e balneários do Complexo Desportivo de Lardosa, que a Câmara Municipal melhorou através de uma renovação e colocação de uma rede no campo, utilizado também como campo de ténis. -----

----- O Senhor Presidente deu também conhecimento da adaptação que a Câmara Municipal fez da EB1 da Venda da Giesta para abrigo de montanha, que é muito útil para o Marco de Canaveses, uma vez que é considerado como um dos melhores abrigos de montanha da região e mesmo de Portugal. Este abrigo de montanha que, através de protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a Associação dos Amigos do Rio Ovelha, para esta o gerir, tem recebido a visita de muitas pessoas que por aqui têm feito percursos de pedestrianismo. -----

----- O Senhor Presidente abordou ainda o percurso pedestre designado por "Pedras, Moinhos e Aromas de Santiago", que se tem revelado um sucesso para



os participantes, recordando o restauro de alguns moinhos executado pela Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente referiu-se ainda à requalificação urbanística da Avenida da Igreja, de toda a zona envolvente ao Centro Paroquial de Soalhães e também às obras de beneficiação do Cemitério Paroquial. Uma obra que visitaram e que no seu conjunto valoriza Soalhães e que foi concretizada pela actual Câmara Municipal, correspondendo a um investimento de mais de 500 mil euros. -----

----- Referiu-se ainda o Senhor Presidente à visita efectuada ao Centro Paroquial de de Soalhães, onde funciona o centro de dia do Centro Social de S. Martinho de Soalhães, que por exigência da Segurança Social, teve que alterar a cozinha. O Senhor Presidente informou que a Câmara Municipal irá dar um apoio de 5.000 Euros que se destinam a apoiar o pagamento da nova cozinha. -----

----- O Senhor Presidente lembrou ainda as diversas obras que a Câmara Municipal tem vindo a efectuar em Soalhães, que são a demonstração do empenho do actual executivo camarário relativamente a esta freguesia e a todo o concelho. -----

----- O Senhor Presidente referiu ainda que a Câmara Municipal está a apoiar a construção da sede do Clube de Caçadores de Soalhães, com a realização do projecto de obras pelos serviços técnicos, pagamento do ramal de ligação eléctrica, até ao apoio financeiro para a execução da obra. -----

----- O Senhor Presidente aproveitou ainda para informar que a Câmara Municipal apoiou, durante este mandato, a Junta de Freguesia de Soalhães com 761.405.60 Euros, a que se juntam 225 mil euros atribuídos pelo Estado através do Fundo de Financiamento das Freguesias, o representa um valor de 1 milhão e 77 mil euros recebidos pela Junta de Freguesia de Soalhães. -----



----- O Senhor Presidente informou de seguida sobre o projecto do Complexo Desportivo de Soalhães, que se encontra exposto nesta reunião pública, para conhecimento de todos os interessados. Informou que a Câmara Municipal se tem empenhado na concretização deste complexo processo, procurando uma parceria com os proprietários do actual campo de jogos onde funciona o Grupo Desportivo de Soalhães, a fim de este o libertar. O novo complexo desportivo a construir tem por objectivo acolher o Grupo desportivo de Soalhães que, nesta altura disputa um campeonato federado onde lidera a 2.ª Divisão da A. F. Porto. O Grupo Desportivo de Soalhães tem vindo a jogar no Estádio Municipal pelo facto de o seu actual campo de jogos não ter as medidas regulamentares necessárias para a competição. -----

----- O Senhor Presidente informou de seguida sobre o percurso e o ponto de situação relativamente à Quinta do Casal – imóvel que acolheria o Centro Escolar de Soalhães - um processo que se iniciou em 2001. Assim e fazendo a cronologia de todo este já longo processo: -----

----- Em 30.10.2001 foi deliberada a aprovação do Protocolo – a ser celebrado entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Senhora D. Maria Dulce Monteiro da Silva; -----

----- Em 28.07.2004 foi notificada a outorgante do mesmo para proceder à sua assinatura – sem prejuízo de o Protocolo datar de 29 de Outubro de 2001; -----

----- Em 21.05.2008 e após reunião, em 15.05.2008, e assentimento dos proprietários, foi deliberado por unanimidade celebrar escritura de doação com encargos. Neste documento: a) Os proprietários cederiam, via escritura o terreno necessário à construção do Centro Escolar de Fornos; b) A Câmara Municipal, em contrapartida, comprometia-se a assegurar que os terrenos da doadora identificados no supra referido Protocolo, fossem propostos, no âmbito da revisão



do PDM, para solo urbano/urbanizável; c) A Câmara Municipal do Marco de Canaveses elaboraria projecto de loteamento e respectivas infra-estruturas nos terrenos mencionados; d) A Câmara Municipal proporia, em Assembleia Municipal, a isenção das taxas aplicáveis no âmbito do mesmo projecto de loteamento; e) Estas acções estariam concluídas no prazo de dois anos após a revisão do PDM; -----

----- Entretanto, foi a D. Maria Dulce Monteiro da Silva contactada pelo Gabinete Jurídico da Câmara Municipal para proceder à entrega dos documentos necessários à celebração da escritura. Foi a partir deste contacto que a proprietária inverteu a sua posição; -----

----- Em 08.08.2008 a D. Maria Dulce, depois de referir que a Câmara Municipal não cumpriu com os termos do Protocolo e que ela permitiu a ocupação do terreno cedido, refere que apenas com a deliberação de Câmara de 21.05.2008 teve conhecimento de que o actual PDM não previa a possibilidade de construção nos terrenos a lotear – facto que nos parece, no mínimo, insólito – propõe: a) Realização de escritura de compra e venda do terreno, mediante o pagamento de 25 euros por m2, até Dezembro de 2008 – o terreno custaria aos cofres da Autarquia cerca de um milhão e seiscentos mil euros!; b) em alternativa a D. Maria Dulce celebraria com a Câmara Municipal a escritura de doação, mas com uma dupla condição: i) o PDM em revisão contemplar a possibilidade efectiva de construção urbana nos seus terrenos e ii) a elaboração do projecto de loteamento, emissão de alvará e isenção de taxas, execução de infra-estruturas estar concluídos até Dezembro de 2009. Caso este prazo fosse ultrapassado, seriam cobrados, a título de juros de mora, 10.000 euros por cada mês de atraso! Mesmo nesta hipótese, a D. Maria Dulce solicitava uma indemnização de 500 mil euros pelos prejuízos que refere já ter tido. -----



----- Ora, referiu o Senhor Presidente, não podemos esquecer que a Câmara Municipal não pode garantir, por si só, que determinados terrenos passem a urbanizáveis. A aprovação de instrumentos de gestão territorial obedece a uma tramitação que não se esgota na Autarquia. Por outro lado, não poderia a Câmara Municipal garantir, pela mesma razão exposta, que, em Dezembro de 2009, o PDM estará aprovado, por forma a poder cumprir com os seus compromissos no âmbito do Protocolo. Finalmente, não se olvide que os invocados "prejuízos" não se verificam já que os terrenos a lotear, neste momento encontram-se em Reserva Agrícola e, portanto, não têm grande valor económico. Teriam-no, sim, caso a D. Maria Dulce providenciasse pela assinatura da escritura que anteriormente aceitou. -----

----- Continuou o Senhor Presidente referindo que, em 26.08.2008 a Câmara Municipal respondeu à D. Maria Dulce que: a) na reunião havida em 15.05.2008 foi aceite, por esta, a celebração da escritura de doação com encargos – facto que justificou a deliberação de 21.05.2008; b) a Câmara Municipal não cumpriu ainda com a sua parte no referido Protocolo porque está impedida de o fazer, na medida em que o PDM ainda não foi revisto; c) por outro lado, expressámos a nossa surpresa pelo montante da indemnização. Nunca tal tinha sido anteriormente solicitado. Foi referido que tal exigência era inaceitável. Igualmente inaceitável era a condição dos juros de mora de 10.000 euros por cada mês de atraso; d) manifestámos que não tinha a Câmara Municipal verba para proceder à aquisição do terreno; e) propôs a Câmara Municipal que se mantivessem os termos da deliberação de 21.05.2008, propondo-se, no entanto, que o prazo para cumprimento dos compromissos da Câmara Municipal se reduzisse para um ano, contados a partir da data de revisão do PDM, já que considerávamos inexecutável fixar uma data em concreto face ao exposto; -----



----- Em 15.10.2008 a D. Maria Dulce responde à Câmara Municipal que não aceita a proposta e comunica que vai requerer judicialmente a resolução do Protocolo; -----

----- Após solicitação nesse sentido por parte da Câmara Municipal, em 16.10.2008 tem lugar uma reunião com a D. Maria Dulce e advogada desta, a qual não foi conclusiva; -----

----- Em 29.10.2008 a CMMC propõe à D. Maria Dulce: a) o cumprimento dos compromissos da Câmara Municipal no âmbito do Protocolo até 31 de Dezembro de 2010; b) se àquela data tal não foi cumprido, a proprietária pode pedir a resolução da doação; c) tal não exclui o direito a uma indemnização pelo incumprimento, em valor a acordar. -----

----- Em 03.11.2008 a advogada da D. Maria Dulce responde à missiva da Câmara Municipal aceitando o prazo proposto, mas não abdicando de uma indemnização pelos "prejuízos" no valor de 250 mil euros e dos 10 mil euros por cada mês de atraso! -----

----- Novamente a CMMC procura um consenso solicitando nova reunião, a qual acontece no dia 11.11.2008, com a presença da D. Dulce, do seu marido da D. Dulce, da sua advogada e do Senhor Vereador Norberto Soares - familiar da D. Maria Dulce, o qual negociou o protocolo à data, enquanto Presidente de Junta e já como Vereador e em nome da Câmara Municipal interveio na sua assinatura; -

----- Na referida reunião a D. Maria Dulce e seu marido não cederam da posição assumida em 03.11.2008. -----

----- Esperamos que ainda se possa recuperar este projecto, tão importante para a freguesia de Soalhães. -----

----- O Senhor Presidente informou ainda que está a desenvolver-se um plano de pormenor que pretende viabilizar nesta freguesia a construção um importante



projecto turístico, em torno da Casa da Quintã, integrando um campo de golfe, um hotel e diversas moradias. Em contrapartida, os proprietários da Casa de Quinta disponibilizam um terreno e mandam elaborar e construir a sede social para o Rancho Folclórico de Quinta. Cedem ainda uma parcela de terreno para a construção de uma pista de pesca desportiva e parque de lazer no Rio de Galinhas. É uma oportunidade de desenvolver esta freguesia e o Concelho. Esperemos que vá avante. -----

----- O Senhor Presidente informou ainda sobre diversas iniciativas de índole cultural promovidas na freguesia de Soalhães pela Câmara Municipal, nomeadamente teatro, concertos e exposições. -----

----- De seguida o Senhor Presidente deu a palavra ao Vereador Norberto Soares. -----

----- O Senhor Vereador referiu que hoje tinha ficado muito satisfeito já que tinha tido a oportunidade de ver concretizados alguns dos sonhos tinha perspectivado há uns anos atrás. Pavimentaram-se estradas que estavam por pavimentar, saneamento que estava por fazer. -----

----- O Senhor Vereador destacou, no entanto, uma preocupação. Não faz sentido que o Centro de Saúde de Soalhães possa ser deslocalizado. Soalhães tem mais de 4000 habitantes, o que é suficiente para poder ter 2 médicos ou, eventualmente 3. Trata-se de uma freguesia com uma dimensão enorme e carecida. -----

----- O Senhor Vereador Norberto Soares referiu-se ainda à questão do Centro Escolar de Soalhães. Referiu que tudo o que disse o Senhor Presidente é verdade e acrescentou que, quando tinha sido Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, a saída da variante não era onde actualmente se localiza. Na altura, tendo sido detectada a necessidade de se criar um espaço grande para acolher



infra-estruturas que esta freguesia necessita: como um centro escolar, uma futura sede da junta, uma biblioteca e um campo de futebol, surgiu a hipótese deste terreno. Foi por esse motivo que a Câmara anterior e a Junta de Freguesia, alteraram a saída da variante. -----

----- No que concerne ao Protocolo em concreto, referiu o Senhor Vereador que, de facto, houve atrasos, mas que decorrem de algo que a Câmara não tem responsabilidade total, que é a revisão do PDM. É um processo muito complicado e complexo, porque há muitas entidades envolvidas e exige uma concertação entre todas, que nem sempre é possível. Esta terá sido a principal razão pela qual a sua cunhada Dulce solicita à Câmara Municipal uma indemnização pela perda de expectativas e oportunidades de negócio que tinha relativamente àquele terreno. -----

----- Continuou o Senhor Vereador referindo que já apelou aos seus cunhados para que tenham o bom senso para encontrarem, com a Autarquia um entendimento para que a freguesia de Soalhães não continue a ser penalizada pela falta do centro escolar. -----

----- Referiu ainda o Senhor Vereador que também faz falta um pavilhão gimnodesportivo em Soalhães, que há 15 anos se sente a sua necessidade. Ora, esse pavilhão não foi construído porque na altura em que o Senhor Vereador era Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, deu-se a sugestão à Câmara Municipal a construção de uma Escola EB 2,3 e, ao construir-se a escola, o pavilhão da mesma serviria também a população depois das 6 horas da tarde e ao fim-de-semana. Esta questão tem sido sucessivamente adiada. Adiamento para o qual, admitiu o Senhor Vereador, também ele contribuiu. -----

----- Apelo o Senhor Vereador ao Senhor Presidente para que a Câmara Municipal faça mais um esforço junto dos proprietários do terreno no sentido de



desbloquear esta situação, para que o Centro Escolar seja uma realidade ainda este ano. -----

----- Terminou o Senhor Vereador concordando que ao longo destes anos as opções do Executivo não foram nem o abastecimento da água nem o saneamento. Acho que é uma lacuna e todos concordamos com este facto. Ora, estas recentes obras de saneamento beneficiaram e muito Soalhães. Soalhães fica coberto a cerca de 60%, o que é de facto significativo. -----

----- O Senhor Presidente interveio esclarecendo que, da parte da Câmara Municipal nunca houve qualquer intenção em retirar a Soalhães a sua extensão de saúde. Pelo contrário, a nossa vontade é acrescentar sempre mais alguma coisa às freguesias. -----

----- Continuou o Senhor Presidente sobre este assunto referindo que esteve presente em mais uma reunião na ARS Norte há cerca de 2 meses. A ARS do Norte concordou com a criação de uma nova unidade de saúde familiar no nosso concelho no Centro de Saúde da cidade do Marco. Essa unidade de saúde familiar, em sua opinião, faz todo o sentido. Por outro lado, sabemos que a extensão de saúde de Soalhães carece de obras, essencialmente de criar um acesso para os utentes idosos e deficientes que têm dificuldades para aceder ao 1º andar. Seja através de um elevador, ou de uma cadeira elevatória. -----

----- Entendemos igualmente que se torna necessário melhorar as condições da extensão de saúde de Tabuado, e estamos a ver se, através de uma parceria público-privada conseguiremos construir as instalações novas para a extensão de saúde e também a construção de um centro de dia. -----

----- Quanto à extensão de saúde da Livração, situada na Casa do Povo da Livração, este equipamento precisa de ser alargado com urgência, uma vez que é exíguo. A Casa do Povo tem disponibilidade para ceder mais área das suas



instalações compensando depois com obras de ampliação noutro piso.

Apresentámos esta proposta à ARS Norte. -----

----- Tem sido essa a atitude da Câmara Municipal na defesa de algo que achamos essencial, a fim de termos uma cobertura mais satisfatória, pois neste momento temos cerca de 40% da população sem médico de família. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara abordou ainda a questão relacionada com a Escola EB2,3 que esteve projectada para a Freguesia de Soalhães, lamentando que a mesma não tivesse sido construída na altura. Informou ainda ter tido conhecimento que houve um interesse efectivo, por parte de uma iniciativa privada, para construir aquela escola em Soalhães, mas em boa verdade é que a mesma acabou por não se concretizar, nem por iniciativa pública nem privada, desconhecendo as razões objectivas porque é que a construção desta escola, que chegou a ter dotação financeira em Orçamento de Estado, acabou por ser retirada deste. -----

----- O Senhor Presidente assumiu ainda o objectivo da Câmara Municipal construir um Pavilhão Desportivo em Soalhães. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu os presentes que se investiu neste mandato em Soalhães cerca de cinco milhões de euros. -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

1. Aprovação da acta da reunião anterior. Presente a acta da reunião anterior, a qual, depois de lida, foi aprovada por unanimidade. -----

2. Balancete da Tesouraria de 21/Janeiro/2009. Foi apreciado o balancete da tesouraria de vinte e um de Janeiro de dois mil e nove, onde se constatou que havia um saldo de 2.301.172,20 € (dois milhões, trezentos e um mil, cento e setenta e dois euros e vinte cêntimos) de Operações Orçamentais e 872.313,84 € (oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e treze euros e oitenta e quatro



cêntimos) de Operações Não Orçamentais. Depois a Câmara passou a ocupar-se do seguinte expediente: -----

3. Contrato de atribuição de direitos de exploração da água mineral natural denominada "Caldas de Canaveses". Presente o documento referido.

O Senhor Presidente informou que a Câmara Municipal foi convidada, pela Direcção Geral de Energia e Geologia a assumir esta concessão, a qual só será possível através de parcerias. Mais informou o Senhor Presidente que já há interessados para o efeito. -----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

4. Promoção de participação pública no âmbito da revisão do Plano Director Municipal. Presente proposta do Senhor Presidente no sentido mencionado. -----

O Senhor Presidente informou que, finalmente, a Comissão de Acompanhamento foi aprovada, mas que sabe que será difícil terminar a revisão do PDM neste mandato. Mais informou o Senhor Presidente que a última auscultação pública neste âmbito teve lugar em 1998 e que se pretende actualizar toda a informação, de forma a termos um PDM partilhado. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o procedimento de participação pública no âmbito da revisão do PDM. -----

5. Declaração de interesse público municipal do projecto turístico – Casa da Quintã. Presente pedido de emissão de declaração de interesse municipal para o projecto abrangido pelo Plano de Pormenor da Quinta, Soalhães. -----



Deliberado por unanimidade declarar o interesse público do projecto abrangido pelo Plano de Pormenor da Quinta, Soalhões. À Assembleia Municipal. -----

6. Pagamento de honorários ao Dr. Armando Teixeira – Proc. 415/99, Proc. 315/2000 e Recurso de Agravo 1039/02. Presente informação do Gabinete Jurídico a qual junta Parecer emitido pelo Conselho Superior da Ordem dos Advogados relativamente ao assunto em epígrafe. -----

Relativamente a este assunto o senhor Presidente explicou que o valor dos honorários solicitados neste âmbito – mais de 19.000 euros – pareceu-nos excessivo e pedimos um laudo à Ordem dos Advogados, a qual mantém o valor.

O Senhor Vereador Eng^o Luís Almeida considerou este valor excessivo e solicitou escusa para votar este assunto já que teve participação no processo. Esclareceu que a sua empresa interpôs uma acção contra o cidadão Avelino Ferreira Torres e este acabou por envolver a Câmara Municipal, quando o não deveria ter feito. -

O Senhor Vereador Eng^o José Mota corroborou o afirmado pelo Senhor Vereador Eng^o Luís Almeida e reiterou que a Câmara Municipal está a pagar uma acção a qual acabou por ser envolvida, sem o dever. -----

O Senhor Presidente considerou ser de retirar este ponto para melhor esclarecimento, por parte do Gabinete Jurídico. -----

Retirado este ponto da ordem de trabalhos. -----

7. Processo de Averiguações nº 15/2008. Ressarcimento de prejuízos. Presente relatório no âmbito do Processo de Averiguações nº 15/2008. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o relatório produzido no âmbito do referido processo de averiguações, assumindo a Câmara Municipal a



responsabilidade pelo ressarcimento dos prejuízos materiais na importância de 72,00€. -----

8. Toponímia de Paços de Gaiolo – processo rectificativo. Presente processo rectificativo da toponímia da freguesia de Paços de Gaiolo. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o processo rectificativo da toponímia da freguesia de Paços de Gaiolo. -----

9. Protocolo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses, Junta de Freguesia de Rio de Galinhas e Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de São Miguel de Rio de Galinhas. Ratificação. Presente o protocolo referido.

Deliberado por unanimidade ratificar o Protocolo referido. -----

10. Atribuição de um subsídio de 10.000 euros à Liga Marcoense de Futebol Amador – LIMFA. Presente pedido de subsídio da LIMFA, no qual o Senhor Presidente despachou propondo a atribuição de um subsídio de 10.000 euros. -----

Deliberado por unanimidade atribuir o subsídio proposto pelo Senhor Presidente. -----

11. Atribuição de um subsídio de 1500 euros à Associação Desportiva de Constance. Presente pedido de subsídio da Associação Desportiva de Constance, no qual o Senhor Presidente despachou propondo a atribuição de um subsídio de 1500 euros. -----

Deliberado por unanimidade atribuir o subsídio proposto pelo Senhor Presidente. -----

12. Protocolo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e Cercimarco – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças



Inadaptadas, CRL. Presente o protocolo referido, o qual atribui à Cercimarco um subsídio mensal de 1500 euros para o ano de 2009. -----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

13. Protocolo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Sobretâmega. Presente o Protocolo referido, o qual rege a comparticipação a atribuir pela Câmara Municipal – 25 mil euros – para a construção da Casa Mortuária naquela freguesia. -----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

14. Protocolo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires. Presente o Protocolo referido, o qual rege a comparticipação a atribuir pela Câmara Municipal – 25 mil euros – para a beneficiação do Cemitério daquela freguesia. -----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

15. Subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de São Lourenço do Douro para pagamento da auxiliar de acção educativa – Jardim-de-Infância de Casal. Presente proposta da Senhora Vereadora, Dra. Gorete Monteiro, de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de S. Lourenço do Douro para pagamento da auxiliar de acção educativa do Jardim-de-Infância de Casal. -----



Deliberado por unanimidade atribuir o subsídio proposto pela Senhora Vereadora. -----

16. Subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa para pagamento da auxiliar de acção educativa – Jardim-de-Infância de Soalheira. Presente proposta da Senhora Vereadora, Dra. Gorete Monteiro, de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa para pagamento da auxiliar de acção educativa do Jardim-de-Infância de Soalheira. --

-----Deliberado por unanimidade atribuir o subsídio proposto pela Senhora Vereadora. -----

17. Subsídio de 5000 euros ao Centro Social de S. Martinho de Soalhões para o desenvolvimento das suas actividades referentes aos anos de 2008 e 2009. Presente pedido de subsídio do Centro Social de S. Martinho de Soalhões, no qual o Senhor Presidente despachou propondo a atribuição de um subsídio de 5000 euros. -----

Deliberado por unanimidade atribuir o subsídio proposto pelo Senhor Presidente. -----

18. Destaque de Parcela. Requerente: Fernando Manuel Pinto Ferreira; Local: Vila Cete, Alpendorada e Matos. Presente o requerimento em que Fernando Manuel Pinto Ferreira solicita certidão comprovativa que o destaque de parcela de terreno com a área de 790 m² está, nos termos do nº4 do artigo 6º do DL 555/99 de 16.12, dispensada de licenciamento ou autorização, atendendo a que as parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos e a construção a erigir na parcela a destacar dispõe de projecto aprovado satisfazendo os requisitos constantes das alíneas a) e b) do nº4 do artigo 6º do diploma supra referido. -----



Face ao teor da informação técnica, deliberado por unanimidade certificar nos termos do nº9 do artigo 6º do mesmo diploma. -----

19. Protocolo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses. Ratificação. Presente o Protocolo referido. -----

Deliberado por unanimidade ratificar o Protocolo referido. -----

-----PERÍODO PÚBLICO -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, Dra. Cristina Vieira, tomou da palavra referindo que o subsídio atribuído ao Centro Social de S. Martinho de Soalhães foi atribuído tendo em conta os anos de 2008 e 2009. Ora, comparado com o subsídio que se atribuiu à Cercimarco é pouco. Todas as instituições têm o seu fim. O Centro Social de S. Martinho de Soalhães tem fins que se prendem com o apoio a idosos e crianças. -----

Mais referiu a Dra. Cristina Vieira que as verbas que a Junta de Freguesia recebe da Câmara Municipal e do FFF são sempre absorvidas na totalidade pelas despesas de manutenção de escolas e espaços públicos, pagamento de funcionários, formação, serviços de refeições e diversas obras que a Junta de Freguesia promove directamente. A Junta de Freguesia, não tendo outras fontes de receita, limita-se a gerir estas verbas da melhor forma. -----

Referiu a Dra. Cristina o projecto dos moinhos de Santiago, que consubstancia um percurso pedestre que tem tido muito sucesso. Lamentou que a Câmara Municipal não tivesse prestado qualquer apoio para o efeito. -----

Mais se referiu a Sra. Presidente da Junta de Freguesia aos caminhos pavimentados através do Programa AGRIS e que a luta para os conseguir também foi da Junta de Freguesia de Soalhães. -----



No que concerne ao Centro Escolar, mencionou a Dra. Cristina que, no dia anterior, tinha tentado sensibilizar os proprietários para que não inviabilizassem a construção do Centro Escolar. Gostava de ver lançada a 1ª pedra do Centro Escolar ainda este ano. -----

No que concerne ao Centro de Saúde, considerou a Senhora Presidente da Junta que este é um dos mais graves problemas da freguesia. Esclareceu que nunca a deslocação do Centro de Saúde esteve em causa e que este vai sofrer obras. O que foi perspectivado foi a construção de uma Unidade de Saúde Familiar. No entanto a ARS informou que, para o efeito, a freguesia teria que ter mais de 6 mil utentes, o que Soalhães, efectivamente não tem. Neste âmbito, e enquanto Presidente da Comissão Inter-Freguesias propôs que fosse criada uma Unidade de Saúde Familiar em Tabuado, que abrangesse várias freguesias. -----

Referiu-se ainda a Presidente da Junta de Freguesia à Unidade Móvel de Saúde, a qual considera que precisa de estar mais um dia em Soalhães. Já o solicitou mas ainda não obteve resposta. -----

Já relativamente à falta de médicos na extensão de saúde, a Dra. Cristina referiu que a Directora do Centro de Saúde não tem apoiado Soalhães, ao não criar qualquer situação que ajude à colocação de médicos na freguesia. -----

Continuou a Senhora Presidente de Junta referindo o mau estado das estradas de Lardosa e Juncal e lamentando que Soalhães não tivesse ainda sido contemplada com um único ramal de iluminação pública. Só os que respeitam às ETARs. -----

Terminou a Senhora Presidente de Junta relembrando o pedido de reforço de subsídio para a toponímia, atendendo a que à dimensão da freguesia e apelou



para que continuassem as conversações para que o Centro Escolar fosse uma realidade. -----

O Senhor Presidente interveio referindo que tudo que se fez em Soalhães foi muito positivo e queremos continuar. Neste âmbito, recordou os três caminhos pavimentados ao abrigo do Programa AGRIS, relativamente aos quais a Câmara Municipal assumiu a contrapartida nacional – 25%. -----

No que concerne à Unidade de Saúde Familiar, reafirmamos a nossa vontade em ter mais uma USF no Marco de Canaveses e pela ARS foi proposto que esta se localizasse no Centro de Saúde do Marco. Concordamos com esta possibilidade. Isto não implica, obviamente, deixar de continuar a valorizar e recuperar todas as extensões de saúde existentes no Concelho. -----

Relativamente às condições que a Câmara Municipal já ofereceu para incentivar a vinda de médicos para o Marco de Canaveses, o Senhor Presidente referiu que transmitiu à ARS e ao Centro de Saúde que a Câmara Municipal arrendaria o imóvel para acolher o/os médicos que estivessem disponíveis para vir trabalhar para o Concelho. -----

No que respeita à iluminação pública, não é rigoroso dizer que não colocámos qualquer iluminação pública. O que se poderá afirmar é que Soalhães ainda não dispõe de toda a iluminação pública que precisa. A estimativa que temos para colocar iluminação pública no Concelho, segundo os muitos pedidos que temos recebido, é de 650 mil euros. -----

O Senhor Vereador Eng^o José Mota questionou a Senhora Presidente de Junta no sentido de quais seriam as obras que não deveria a Câmara Municipal ter feito para permitir todas as obras pretendidas por esta. -----



Continuou o Senhor Vereador referindo-se à questão da limpeza de caminhos, designadamente o pedestre dos moinhos de Santiago. Relembrou que a Junta de Freguesia de Soalhães prescindiu dos cantoneiros e agora tem um subsídio para o efeito. Ora, se se trouxessem cantoneiros para Soalhães, estes fariam falta numa outra freguesia que não prescindiu de cantoneiros. -----

O Senhor Vereador Eng^o Luís Almeida, reportando-se construção de uma Escola Básica Integrada em Soalhães, referiu que a Dra. Cristina Vieira disse aqui que defendeu intransigentemente esse projecto. Admitiu que tal era um facto, mas houve uma altura que o deveria ter feito e não fez. Referiu que a Dra. Cristina não mentiu, mas omitiu. Considerou o Eng^o Luís Almeida que a Dra. Cristina poderia ter ajudado a mudar o curso das coisas, ou pelo menos poderia ter dado outra força a este projecto. -----

Relembrou o Senhor Vereador que, se houve duas pessoas que, desde a campanha eleitoral até à aprovação da Carta Educativa, sempre defenderam intransigentemente essa construção, foi ele, representante do Partido Socialista e Norberto Soares. No entanto, respeitaram os argumentos que o PSD, o Sr. Presidente e os seus Vereadores encontraram para indicarem a sua construção noutra local. -----

Recordou ainda o Senhor Vereador que até teve dificuldades com esta defesa já que, a determinada altura, começou a ser apontada a construção da Escola em Rio de Galinhas, que é a freguesia onde reside e a sua teimosia para que fosse construída em Soalhães podia ser mal vista: um Vereador que não estava a defender a sua freguesia. Ora, um vereador tem é que defender o concelho do Marco de Canaveses. Os presidentes de junta é que têm que se preocupar com as suas freguesias. -----



Ora, quando o Senhor Presidente de Câmara pediu todos os partidos apresentassem sugestões para a elaboração da Carta Educativa, o Partido Socialista fê-lo, e a Sra. Presidente da Junta de Soalhães que fazia parte da Comissão Política Concelhia do Marco de Canaveses, como vice-presidente, órgão a que eu por inerência também pertencia, estava presente. -----

Nessa data, foi-nos apresentado um documento, onde não constava a construção da Escola EBI em Soalhães e aparecia em sua substituição uma escola EB 2 3+ S. -----

Questionei, nessa reunião da comissão política - onde a Dra. Cristina Vieira estava presente - porque razão se deixava de construir a Escola EBI e era substituída por uma EB 23+S. Até poderia aceitar a mudança para uma EB 2 3 + S porque seria uma escola mais completa, mas só se pudéssemos defender a sua construção, ou seja, não concordava em fazer propostas que não tivessem sustentação técnica. Aliás, como com o ensino Secundário teria que se acolher mais alunos, seria mais difícil de a justificar aqui em Soalhães, porque tenderia a ser colocada mais no centro do concelho. Isto foi referido por mim à Dra. Cristina Vieira. Surpreendentemente a Dra. Cristina Vieira votou favoravelmente essa carta educativa, ou seja, só foi intransigente cá fora, pois dentro do partido nunca o foi. -----

Houve depois uma reunião pública de Câmara, na qual o Senhor Vereador Norberto Soares o questionou se continuava a defender a construção da EBI ou da EB 2,3+S, num local que não se refere, opinião defendida pelo presidente da concelhia do PS. -----

O Senhor Vereador, nessa ocasião, reafirmou que continuava a defender a construção da EBI em Soalhães. Esta posição deu origem a que lhe fosse publicamente retirada a confiança política pelo Presidente da Concelhia



Socialista, da qual a Dra. Cristina Vieira fazia parte, a qual concordou com essa retirada de confiança. Esta atitude só não teve consequências disciplinares, pois foi tomada pelo secretariado. Este assunto nunca foi levado à Comissão Política Concelhia, nunca foi debatido, e por isso foi possível manter a confiança dos órgãos nacionais, distritais e locais e foi possível continuar a exercer a sua actividade dentro do PS. -----

Referiu ainda o Senhor Vereador que acredita que, mesmo que fosse tudo diferente, não se teriam mudado o curso das coisas, mas pelo menos teria havido coerência do princípio ao fim. Reforçou que, aquilo que defende, defende dentro e fora de muros. Já que prefere sofrer com as suas coerências, do que dormir mal com as suas incoerências. -----

Na fase final aprovou a Carta Educativa onde está previsto o Centro Escolar, porque efectivamente já não havia mais condições para defender a EBI. -----

O Senhor Vereador referiu ainda que Soalhães tem tido muito apoio por parte deste Executivo, embora por vezes no discurso da Senhora Presidente da Junta pareça que existe alguma injustiça. Injustiça é ter uma apreciação desse tipo relativamente ao Executivo camarário na sua actuação para com a freguesia de Soalhães. -----

O Senhor Vereador disse ainda que hoje, ao visitar o que tem sido feito em Soalhães, ficou muito satisfeito, porque em três anos e pouco, foi feito mais investimento do que em três ou quatro executivos anteriores. -----

-----Há freguesias onde os investimentos foram muito menores, pois são mais pequenas. Se se tivesse feito, na mesma proporção, 70 % do que se fez aqui em Soalhães, o concelho estaria muito melhor hoje. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Vereador Eng^o Luís Almeida.



Seguidamente interveio a Dra. Paula referindo que se torna urgente equipar as escolas com mais aquecimento, já que é impossível aprender com frio. -----

O Senhor Luís Leal, em representação do Clube de Caçadores de Soalhães, agradeceu todo o empenhamento da Câmara Municipal no apoio que tem dado a esta instituição, mas solicitou apoio para a construção da sua nova sede. -----

O Senhor Inácio Moura referiu-se ao caminho de Oliveira, na Venda da Giesta e à necessidade da sua pavimentação, a qual já solicitou há vários anos, ainda no tempo do Senhor Norberto Soares enquanto Presidente de Junta. -----

O Senhor Branco interveio referindo que fica satisfeito por todos os apoios que Soalhães tem tido. -----

A Dra. Cristina Vieira voltou a intervir, referindo-se à questão dos cantoneiros e esclarecendo que só pediu o apoio de cantoneiros duas vezes por ano do percurso pedestre. -----

No que concerne à questão levantada pelo Eng^o Luís Almeida, a Dra. Cristina Vieira esclareceu que a sua posição foi votar contra a 1^a versão da Carta Educativa e votar favoravelmente a 2^a versão desta, com a inserção do Centro Escolar. -----

A Dra. Gorete Monteiro, relativamente ao aquecimento das escolas, referiu que partilha tal preocupação e que a câmara Municipal irá colocar mais aquecimento, logo que possível. -----

-----**APROVAÇÃO DE ACTA EM MINUTA**-----

E nada mais havendo a tratar, quando eram vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 92^o da Lei 169/99. E eu, Fernanda Eugenia Pereira Neves da Fonseca Araújo, Chefe de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 2
REALIZADA EM 22/01/2009

Fls

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, a subscrevi e assino. -----

_____ O Presidente da Câmara Municipal _____

Manuel Moreira

_____ Manuel Moreira, Dr. _____

Multiple horizontal lines for writing or additional signatures.